

# DA DISTENSÃO À ABERTURA

## AS ELEIÇÕES DE 1982

---

David Fleischer (org.)

---



Como 1974 foi a eleição que marcou o declínio da posição hegemônica da ARENA, a eleição de 1982 marcou a ascensão, ao poder, da oposição política ao regime militar (PMDB e PDT) a nível estadual com a eleição direta de dez governadores no Centro-Sul do país; Estados estes responsáveis por cerca de 70% da população, PIB e arrecadação de tributos. De quebra, o PDS perdeu a sua maioria na Câmara dos Deputados, que todos os casuísimos eleitorais dos governos militares tentaram evitar por 18 anos.

Com oito anos de perspectiva histórica, após as eleições municipais de 1988, temos um distanciamento suficiente para compreender melhor os resultados de 1982. Será que esta nova hegemonia do PMDB, finalmente alcançada a partir de 1985, terá uma duração tão curta (pouco mais de 4 anos), enquanto a da ARENA/PDS levou uns 15 para

---

## **DA DISTENSÃO À ABERTURA: AS ELEIÇÕES DE 1982**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Cristovam Buarque – Reitor

João Cláudio Todorov – Vice-reitor

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni – Presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Labouriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro Marini

Timothy Martin Mulholland

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

# DA DISTENSÃO À ABERTURA

## AS ELEIÇÕES DE 1982

---

David Fleischer (org.)

---

David Fleischer (org.)

Alexandre de S. C. Barros

Eva Alterman Blay

Eli Diniz

Fernando Henrique Cardoso

Gláucio Ary Dillon Soares

L. C. Bresser Pereira

Luiz Navarro de Britto (*in memoriam*)

Murilo César Ramos

Paulo Roberto da Costa Kramer

Venfcio Artur de Lima

EDITORA



UnB

1988

Este livro ou parte dele não pode  
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização  
escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília  
Campus Universitário – Asa Norte  
70910 – Brasília, Distrito Federal

Copyright © 1988 by  
Alexandre de S. C. Barros et al.  
Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial

Editor:

Antonio Carlos Ayres Maranhão

Preparação de original:  
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Revisão de texto:  
Fatima Rejane de Meneses  
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Supervisão gráfica:  
Antônio Batista Filho

Arte-final:  
Valperino Andrade

Capa:  
Luiz Eduardo Rezende

ISBN  
85-230-0263-4

Ficha Catalográfica  
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

D614d Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982. /  
Alexandre Barros... [et al.]; David Fleischer, org.  
– Brasília: Editora Universidade de Brasília,  
1988.

252 p.

324(81)

Barros, Alexandre, colab.  
Fleischer, David, org.

## SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES .....	07
APRESENTAÇÃO .....	11
O CONTEXTO	
1 – Os Limites da “Abertura” e a Sociedade Civil .....	17
<i>Luiz Carlos Bresser Pereira</i>	
2 – Dependência e Democracia .....	37
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	
3 – As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral <i>versus</i> Sistema Partidário .....	61
<i>David Fleischer</i>	
SISTEMA PARTIDÁRIO	
4 – A Política Brasileira: Novos Partidos e Velhos Conflitos .....	91
<i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	
5 – O Novo Pluripartidarismo: Perfil Socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 <i>versus</i> 1983) .....	119
<i>David Fleischer</i>	
PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS	
6 – Empresariado e Transição Política no Brasil: Problemas e Perspectivas	159
<i>Eli Diniz</i>	
7 – A Participação das Mulheres na Redemocratização .....	185
<i>Eva Alterman Blay</i>	
8 – Os Militares e a “Abertura” no Brasil .....	207
<i>Alexandre de S. C. Barros e Paulo Roberto da Costa Kramer</i>	
9 – A Televisão no Brasil: Desinformação e Democracia .....	215
<i>Venício Artur de Lima e Murilo César Ramos</i>	
CONSEQÜÊNCIAS	
10 – As Eleições de 1982 e as suas Conseqüências .....	237
<i>Luiz Navarro de Britto</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	249



## SOBRE OS AUTORES

ALEXANDRE DE SOUZA COSTA BARROS – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Sociologia Política na PUC-Rio. Completou seu mestrado e doutorado em Ciência Política na University of Chicago. Foi docente na Universidade de Brasília, no IUPERJ e na ESG. Em 1986, voltou a Brasília como pesquisador associado *senior* junto ao Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

DAVID VERGE FLEISCHER – Natural de Washington, DC, fez seu curso de graduação em Ciência Política em Antioch College, e o mestrado e doutorado na University of Florida. Foi professor visitante na UFMG e na University of Florida, e Senior Research Fellow na State University of New York at Albany. Professor adjunto de Ciência Política na Universidade de Brasília desde 1972, prestou assessoria à Primeira Secretaria do Senado Federal (1985-86). Entre as suas publicações, destacam-se: *Brazil in Transition* (1983); *The Latin-American Military Institution* (1985); *Recrutamento Político em Minas Gerais* (1971); *The Political and Economic Future of Brazil* (1987); e *Partidos Políticos no Brasil* (1981).

ELI DINIZ – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na UFRJ, o mestrado no IUPERJ (1971) e o doutorado na USP (1978). Atualmente é professora adjunta no IUPERJ, e já foi docente na PUC-RJ e no Conjunto Cândido Mendes. Suas publicações incluem: *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil, 1930/1945* (1978); *Voto e Máquina Política* (1982); e *Políticas Públicas para Áreas Urbanas* (1982).

EVA ALTERMAN BLAY – Natural de São Paulo, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na USP, onde é livre-docente. É presidente do Conselho Estadual do Conselho da Condição Feminina, e em 1986 foi candidata ao Senado pelo PMDB em São Paulo. Já publicou vários trabalhos, inclusive: *Trabalho Doméstico, a Mulher na Indústria Paulista* (1978); *As Prefeitas* (1979); *A Luta pelo Espaço* (1979); *Mulher, Escola e Profissão* (1981); e *Vilas Operárias* (1985).

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Natural do Rio de Janeiro, fez seus cursos de graduação e livre-docência na USP, onde foi professor de Sociologia até 1968. Fundador do Cebrap, foi professor visitante no Chile, França, Inglaterra e Estados Unidos. Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-86). Em 1983 foi efetivado como senador (PMDB-SP), e reeleito em 1986. No Congresso foi líder do governo e líder do PMDB no Senado. Suas publicações de maior relevo: *Capitalismo e Escravidão; Empresário Industrial e Desenvolvimento*

*Econômico no Brasil; Mudanças Sociais na América Latina; Dependência e Desenvolvimento na América Latina; Política e Desenvolvimento nas Sociedades Dependentes; Autoritarismo e Democratização; Modelo Político Brasileiro; e As Idéias no seu Lugar.*

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Direito na PUC-Rio, e seu doutorado em Sociologia na Washington University em St. Louis. Foi docente na Flasco-Chile, Universidade de Brasília, ESSEX, UCLA E IUPERJ. Desde 1974 é professor titular na University of Florida. Suas numerosas publicações incluem: *Sociedade e Política no Brasil* (1973); *A Questão Agrária na América Latina* (1982); e *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas* (1984).

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA – Natural de São Paulo, fez seu mestrado em Administração na Michigan State University, e doutorado em Economia na USP. É professor titular de Economia na Fundação Getúlio Vargas (SP), e colaborador permanente da *Folha de S. Paulo*. Foi presidente do Banespa (1983-85); e secretário de governo (1985-87) e de Ciência e Tecnologia (1987) do Estado de São Paulo. Em 1987, assumiu o Ministério da Fazenda. Suas publicações mais importantes incluem: *As Revoluções Utópicas* (1969); *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968, 2ª Edição, 1984); *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977); *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978); e *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1981).

LUIZ NAVARRO DE BRITTO – Natural de São Félix, Bahia, fez seu curso de graduação em Direito na UFBA (1957), e o doutorado em Direito Constitucional e Ciência Política na Universidade de Paris (1961). Foi docente na UFBA, membro do CFE, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, secretário da Educação e Cultura no Estado da Bahia, e diretor técnico da OEA em Washington. Faleceu neste último posto em 1987. Entre as suas publicações destacam-se: *O Parlamento no Mundo Moderno* (1982); *Teleducação: O Uso de Satélites* (1981); *Educação e Política* (1975); *O Veto Legislativo* (1966); e *Politique et Espace Régional* (1973).

MURILO CÉSAR RAMOS – Natural de Lages, Santa Catarina, fez seu curso de graduação em Jornalismo na UFPr (1972), e seu mestrado (1979) e doutorado (1981) na University of Missouri, Columbia (1981). Foi jornalista em Curitiba até a sua transferência para Brasília em 1974 onde atuou como assessor de imprensa. Professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília desde 1978, é pesquisador do CEC (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura). Suas publicações incluem: "Foreign Controls on U.S. Media" (1980); "Em Busca de uma Identidade" (1983); e artigos sobre poder e imprensa na *Folha de S. Paulo* (1983-84).

PAULO ROBERTO DA COSTA KRAMER – Fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na PUC-Rio, e seu mestrado no IUPERJ. Foi pesquisador visitante no IRI-Rio, e docente na UFF e na Coppead-UFRJ. Em 1987, transferiu-se para Brasília onde é professor visitante no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e assessor parlamentar na Seplan.

VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Natural de Sabará, Minas Gerais, fez seu curso de graduação em Sociologia na UFMG, e seu mestrado e doutorado em Comunicação no Institute of Communications Research da University of Illinois (Urbana). É professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, e vice-presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CEC). Autor de vários artigos publicados em revistas especializadas, e do livro *Comunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire* (1981).



**PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS**



## Capítulo 6

### EMPRESARIADO E TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS\*

*Eli Diniz*

No debate sobre o processo de liberalização política ora em curso no Brasil, as posições assumidas pelos diferentes autores partem, em geral, de perspectivas bastante distintas e mesmo antagônicas. A despeito das nuances entre os vários enfoques, podemos agrupá-los em algumas categorias em função do tipo de explicação proposta.

Em primeiro lugar, é possível distinguir duas formas básicas e polares de focalizar a questão da transição política no país. De um lado, temos as interpretações que privilegiam as inter-relações entre forças e grupos sociais como núcleo propulsor da mudança do regime. Segundo esta ótica, a distensão e a abertura seriam resultantes de uma crise de legitimidade, refletindo a reação da sociedade civil contra a permanência do autoritarismo. Desta forma, as pressões e demandas por reformas políticas liberalizantes seriam o elemento decisivo<sup>1</sup>. De outro lado, podemos apontar as explicações que enfatizam a autonomia dos processos e fatos políticos em relação à sociedade global. Neste caso, o jogo das forças políticas tornar-se-ia a matriz dos impulsos de mudança. A liberalização é vista como um processo desencadeado a partir de uma iniciativa da elite dirigente como resposta a conflitos e contradições no interior do próprio regime. Tanto em suas origens, como em seus sucessivos desdobramentos, este processo evoluiria segundo uma lógica própria, situando-se fora do âmbito de controle dos partidos e da sociedade civil<sup>2</sup>.

Uma terceira posição, na qual nos colocamos, consiste em focalizar a abertura como um projeto de mudança política concebido pelos mentores do regime autoritário como forma de recompor suas bases de apoio, desgastadas pelo longo período de restrições políticas imposto ao país pelos governos pós-64. Assim, a estratégia da distensão formulada sob a presidência do general Geisel continha uma proposta de liberalização lenta, gradual e de alcance limitado, cabendo ao governo fixar o ritmo, a extensão e a direção das mudanças assimiláveis pelo regime. Essencial, para a eficácia desse tipo de proposta, seria que o governo não perdesse a iniciativa da ação para os grupos opositores, cujo poder de pressão deveria por isso mesmo ser mantido sob permanente controle. Por outro lado, porém, a meta da distensão não obede-

---

\* Trabalho apresentado na sessão "The Brazilian Democratic Opening: Part I, Actors", XI International Congress of the Latin-American Studies Association, México, 29 de setembro a 1º de outubro de 1983; e ao GT "Elites Políticas", VII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Águas de São Pedro, SP, 26 a 28 de outubro de 1983. Gostaria de agradecer ao prof. Gláucio Ary Dillon Soares os comentários feitos ao presente texto.

ceu a um programa previamente formulado, contendo indicações sobre suas várias etapas. Tais fases não foram previstas e delineadas *a priori*. Ao contrário, segundo nosso ponto de vista, a estratégia distensionista foi sendo gradualmente elaborada e redefinida em função das pressões e resistências enfrentadas pelos governos encarregados de implementá-la. Tendo em vista tais considerações, parece-nos pertinente distinguir o projeto de abertura do processo de abertura, tal como sugerido por Werneck Vianna<sup>3</sup>. O primeiro corresponde, como vimos, a uma proposta do governo, tendo em vista atenuar o grau de autoritarismo do sistema político para preservar a continuidade do regime. O processo de abertura, porém, extrapola as intenções da elite governante, na medida em que sofre o impacto permanente do conjunto das forças sociais e políticas. Daí a não-linearidade de sua evolução, marcada por avanços e recuos, por movimentos contraditórios e oscilações nem sempre previsíveis. Os vários passos que vão definindo a abertura política são impulsionados por um complexo jogo de pressões e contrapressões que partem quer do interior do próprio regime, quer das forças que lhe são exteriores. Nesse sentido, não se trata de um processo cujos rumos são decididos de forma autônoma e apriorística, imune ao movimento da sociedade. Por um lado, o governo detém o controle das regras do jogo político, reformulando-as sucessivamente para tolher o ímpeto reformista de diferentes setores da sociedade. Por outro lado, o detalhamento da agenda da transição para um formato político mais aberto e competitivo transcende os estreitos limites do círculo palaciano, resultando, de fato, de uma contínua transação entre governo e forças oposicionistas.

Desta forma, a estratégia da liberalização, embora mantida sob o controle da elite burocrático-militar que dirige o país, está submetida a certos constrangimentos decorrentes da ação dos diferentes grupos sociais. Torna-se, pois, relevante analisar o papel que os principais atores do cenário político nacional vêm desempenhando no desdobramento do processo de abertura.

Sob esse aspecto, vários estudos concentram seu interesse na análise do comportamento dos militares ou da chamada classe política, enquanto outros deslocam o foco de atenção para a ação de certos segmentos da sociedade civil, como a Igreja, os sindicatos e os intelectuais.

Neste trabalho, nossa preocupação estará voltada para a análise do empresariado industrial, setor que vem adquirindo força e importância crescentes com a evolução da economia brasileira para um novo estágio de desenvolvimento, caracterizado pela supremacia do capital monopolista e pela maior integração do país ao sistema capitalista internacional. Interessa-nos, portanto, apreender o sentido e o alcance da participação deste segmento das elites dominantes no complexo jogo de forças que definem as mudanças sociais e políticas ora em curso.

*Qual o papel deste setor no quadro dos atores politicamente significativos? Qual o impacto de sua atuação na transição para um regime político mais aberto e pluralista? Eis as principais perguntas a que procuraremos responder.*

## **1 – Empresariado e Estado: as diferentes interpretações**

A tentativa de interpretarmos o papel do empresariado em face da atual conjuntura política do país esbarra desde logo num obstáculo de natureza teórica. Tal obstá-

culo está relacionado ao predomínio de uma visão dicotômica acerca das relações entre o setor empresarial e o Estado no Brasil. Desta forma, a literatura oscila entre atribuir ao empresariado um papel político hegemônico ou decisivo na consolidação da ordem industrial no país ou, ao contrário, descartá-lo como ator político relevante.

A primeira tendência teve seu ponto de partida em certas análises dominantes nos anos quarenta e cinquenta, que viam o desenvolvimento brasileiro no pós-30 como impulsionado pelas tensões entre dois grandes núcleos de interesses. De um lado, os interesses oligárquicos, associados ao imperialismo, adeptos da tese da vocação agrária do país e, de outro, os interesses ligados à industrialização, que pressionavam pela construção de uma sociedade de novo tipo, baseada no desenvolvimento de um capitalismo industrial autônomo e auto-sustentado. Este último bloco envolveria a participação do operariado urbano e de outros grupos heterogêneos, sob a liderança da burguesia industrial, cuja força inovadora manteria a unidade do conjunto em termos de um projeto nacional burguês<sup>4</sup>. Em sua versão mais extrema, tal postura seria refutada principalmente a partir dos anos sessenta com o colapso da experiência populista.

A segunda tendência tem raízes mais profundas, sendo retomada em vários momentos ao longo do processo de amadurecimento das ciências sociais no país. Seus pressupostos derivam, em grande parte, dos esforços feitos no sentido de apreender a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, bem como as particularidades de suas classes formadoras. Desta forma, a irrelevância política do empresariado estaria associada às características de seu processo de constituição enquanto categoria social específica, nas condições de capitalismo periférico e industrialização tardia. O argumento central consiste na constatação de que, em situações históricas desse tipo, a implantação do capitalismo industrial não exigiu uma ruptura radical com a ordem econômica e social precedente. Em contraposição ao modelo que presidiu à evolução dos países centrais, tivemos aqui um padrão de desenvolvimento conduzido e implementado por um Estado forte e altamente centralizado, capaz de dirigir de forma autônoma o processo de transição. No primeiro caso, a burguesia nascente, enfrentando o desafio de um sistema feudal que se opunha à sua realização enquanto classe, desenvolveria um comportamento combativo e inovador a fim de abrir caminho num meio hostil. No segundo caso, o Estado assumiria a primazia, antecipando-se às classes ainda destituídas de organização e de força política<sup>5</sup>. Tais condições históricas seriam responsáveis pelo desenvolvimento de uma burguesia industrial frágil e dependente do patrocínio estatal.

Efetivamente, no Brasil, foi sob a liderança de uma elite tecnoburocrática que se deu a passagem do modelo agrário-exportador para um sistema de base urbano-industrial. Esta elite, integrada por setores civis e militares, assumiu a direção política da sociedade, implementando um amplo projeto de centralização, voltado para propiciar maior integração das várias unidades federativas e dotar o Estado dos mecanismos necessários para uma profunda intervenção nos vários setores da vida social<sup>6</sup>. Paralelamente a esse esforço centralizador, observou-se o fechamento crescente do sistema político, culminando na implantação de um modelo francamente autoritário com o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo. O autoritarismo foi, portanto,

a fórmula política adotada pela elite governante para conduzir o processo de modernização capitalista no país. Foi, ainda, sob a égide do autoritarismo que se deu a incorporação dos novos atores à arena política. Um aspecto essencial das reformas político-institucionais, estão implementadas, consistiu na montagem da estrutura corporativa para a articulação e representação dos interesses sociais. O novo sistema implicou a adoção de um modelo de organização sindical que consagrou o princípio da tutela do Estado sobre os órgãos de classe, submetendo-os ao controle do Ministério do Trabalho e da burocracia governamental. Esta estrutura, em seus traços básicos, permaneceu inalterada após a queda do Estado Novo, funcionando como um obstáculo à autonomia das entidades de representação de interesses e tolhendo sua liberdade de manobra.

Cabe ressaltar que não só a implantação, mas a consolidação da ordem industrial capitalista, em seus sucessivos desdobramentos, sofreriam os constrangimentos de um sistema fortemente intervencionista<sup>7</sup>. É preciso lembrar que a redemocratização do país, no período pós-45, não afetou de forma substancial o centralismo da administração varguista, preservando-se, em grande parte, o arcabouço institucional do regime deposto. Assim é que, ao lado das reformas de cunho liberal, instaurando a liberdade de expressão, restabelecendo os direitos políticos e introduzindo o pluralismo partidário, manteve-se a força do aparato burocrático-estatal, cujas dimensões não foram tolhidas. Executivo forte, controle do processo decisório pela burocracia, atrelamento dos sindicatos ao Estado persistiriam como elementos centrais do novo regime. Não tendo havido mudanças radicais, o aprofundamento do processo de industrialização não se fez acompanhar da instauração de um padrão independente de participação política. Durante toda a vigência da chamada República Populista (1945-1964), os partidos e demais organizações políticas exerceriam suas funções de forma bastante limitada. Destituídos dos meios para uma real influência no processo decisório, sem possibilidade de interferência na definição da política governamental, evoluiriam num espaço restrito, a despeito de seu real poder de mobilização social<sup>8</sup>. Se o populismo possibilitou a incorporação das massas urbanas ao processo político, por outro lado atribuiu-lhes um papel subordinado. Se os sindicatos ampliaram sua força reivindicatória e sua capacidade de pressão, jamais chegaram a desenvolver um poder de barganha autônomo. Desta forma, o pacto populista não levaria à institucionalização de um modelo aberto de participação<sup>9</sup>. Na verdade, a experiência democrática desta fase conduziria à instauração de um sistema semicompetitivo, caracterizado pela reduzida autonomia dos mecanismos representativos, pelo desenvolvimento de um setor empresarial atrelado aos favores do Estado e pela expansão de uma classe trabalhadora organizada em sindicatos estreitamente ligados à burocracia estatal. O desenvolvimento do capitalismo num contexto marcado pela presença de um empresariado frágil, incapaz de uma formulação clara e coerente de seus interesses de classe, se daria num quadro político híbrido, onde os procedimentos e valores democrático-liberais jamais chegariam a ser hegemônicos<sup>10</sup>.

A observação destas características da evolução histórica do país e do processo de formação das classes emergentes, notadamente a burguesia e o operariado, levava alguns autores a negar a importância da atuação dos grupos de interesse

na dinâmica da sociedade brasileira. Desta forma, segundo esta ótica, a análise do jogo dos interesses não seria o caminho adequado para a compreensão dos processos políticos relevantes<sup>11</sup>. Uma derivação desse tipo de perspectiva, no tocante ao papel do empresariado industrial, consistiu no obscurecimento de seu significado político. Este setor seria crescentemente percebido como um grupo heterogêneo, altamente fragmentado internamente, sem a coesão necessária para desenvolver uma ação unitária na defesa de seus interesses. A imagem do empresariado como um segmento fraco, passivo e desarticulado, quase um não-ator, incapaz de desenvolver posturas independentes e de criar um espaço próprio de negociação, tornou-se dominante<sup>12</sup>.

Segundo nosso ponto de vista, este tipo de caracterização, ainda que pertinente em suas afirmações mais gerais, não o é no que diz respeito à qualificação do empresariado. Implicando de fato uma simplificação do real papel político desempenhado pelo setor, dificultando o entendimento do impacto da ação empresarial em certos momentos decisivos da imposição de um projeto de dominação capitalista ao conjunto da sociedade, tais conclusões perdem de vista a complexidade das conexões entre a rede dos interesses privados e as ramificações do aparato governamental, qualquer que seja o grau de centralização e de concentração do poder do Estado. Esse tipo de reflexão coloca em evidência as limitações dos argumentos que atribuem ao grupo empresarial como um todo uma certa passividade ou mesmo inércia diante da agressividade do Estado. Entretanto, é preciso salientar que a incapacidade de exercer a dominação política, assumindo o papel de classe dirigente, não se traduz necessariamente no predomínio de formas reativas de comportamento. Uma segunda limitação decorrente da noção de fragilidade estrutural da burguesia reflete-se na dificuldade em apreender as diferenças entre elites e bases do setor em termos de ideologia e prática políticas. Frequentemente, o imobilismo dos segmentos menos organizados não exclui as articulações de cúpula para a obtenção de ganhos específicos. Uma terceira fonte de equívocos decorre da tendência de avaliar o peso político de um dado segmento das classes dominantes em função de sua interferência direta no processo decisório. O exercício da influência política pode assumir uma ampla variedade de formas e não se esgota no poder de decisão do grupo. Desta forma, a pressão dos setores empresariais nem sempre se manifesta nos níveis superiores do processo decisório, senão que em suas instâncias inferiores e intermediárias. É preciso considerar que as articulações entre os setores público e privado assumem configurações complexas, estabelecendo-se através de múltiplas linhas de conexão, extrapolando os mecanismos formais e os canais convencionais.

## **2 – Recuperando a significação política do ator-empresário**

Procurando distanciar-se das posições extremas, alguns estudos revelariam a presença de um empresariado ativo na defesa de seus interesses, ao longo das várias etapas do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial no país.

Nas fases iniciais da industrialização, esta presença se faria sentir através da inserção de diferentes segmentos empresariais nos órgãos consultivos de estrutura

corporativa, típicos do período 1930/1945. Através desse novo estilo de atuação, os industriais obteriam êxitos expressivos no sentido da consolidação e expansão de seu espaço econômico e da conquista de um espaço político próprio. A implantação do modelo corporativo de articulação dos grupos empresariais com os centros de decisão localizados em diversos pontos do aparelho do Estado difundiria a prática da negociação compartimentalizada entre os setores público e privado. A generalização destes procedimentos, por sua vez, abriria aos industriais oportunidades de diversificação de alianças envolvendo técnicos e funcionários governamentais, permitindo-lhes uma melhor utilização de seus recursos de poder<sup>13</sup>.

A aceleração do desenvolvimento industrial desdobrar-se-ia ao longo das duas décadas posteriores à Segunda Guerra, no período correspondente à República Populista. O aprofundamento da industrialização refletir-se-ia no aumento da diferenciação interna entre grupos e frações empresariais, passando a liderança do crescimento industrial para os setores e ramos novos, como os de bens de consumo duráveis e a indústria automobilística. Nesta fase, observaríamos uma intensa atuação dos segmentos mais dinâmicos dessa elite empresarial em torno da defesa de suas posições quanto a certas questões então consideradas prioritárias. Entre estas, assumiriam o primeiro plano as discussões acerca da participação das empresas nacional, estrangeira e estatal na expansão do parque industrial do país. No que diz respeito aos órgãos de representação dos interesses industriais, a estrutura corporativa implantada na fase anterior viria a adquirir peso e significação crescentes. A partir de então, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) ganha projeção, afirmando-se como porta-voz do setor industrial frente às demais frações empresariais e às agências governamentais ligadas à política econômico-financeira. Simultaneamente à consolidação dos sindicatos e federações regulados pela legislação corporativa, os industriais criariam de forma gradual uma estrutura paralela para a representação e defesa de seus interesses. Desta forma, surgiriam novas organizações, as associações paralelas, entidades setoriais, operando em âmbito nacional, cujo funcionamento não sofreria as restrições e constrangimentos impostos pelo Estado à estrutura sindical oficial. A dualidade de formas de representação, possibilitando contornar a rigidez da legislação, permitiria maior flexibilidade e autonomia na utilização dos órgãos de classe do setor. Cabe ainda ressaltar um último ponto. A montagem desta estrutura procurou adaptar-se à complexidade e burocratização acentuadas do aparato estatal, articulando-se uma rede de vínculos e conexões entre elites empresariais e burocráticas. Desta forma, a fragmentação progressiva do setor industrial se fez acompanhar do desenvolvimento de canais alternativos para a formulação e encaminhamento de demandas, configurando-se um sistema de vias multidiferenciadas de acesso ao Estado. No interior dos órgãos-chave para a definição de medidas de interesse do setor, pela ação combinada de mecanismos formais e informais, dar-se-ia a negociação entre interesses privados e representantes do poder público<sup>14</sup>. Tais arranjos, porém, permaneceriam por longo tempo ignorados, dada a preocupação dominante na literatura especializada em comprovar a omissão e passividade da burguesia, atribuindo-lhe um papel necessariamente subalterno na vida social e política do país.

As considerações até aqui desenvolvidas permitem-nos recuperar a importância do empresariado como ator político. Entretanto, impõe-se reduzir o peso deste setor às suas devidas proporções. É preciso lembrar que a modalidade de articulação acima descrita teria um alcance limitado. Em grande parte, as negociações teriam um sentido corporativo, restringindo-se às decisões econômicas de caráter setorial e tópicos, relacionadas aos interesses mais imediatos do grupo.

A dimensão política da atuação empresarial viria à tona sobretudo em certas conjunturas especiais. Em tais momentos, a solidariedade e não o fracionamento seria o elemento preponderante. Assim, a diferenciação interna e o predomínio de uma perspectiva economicista não chegaram ao ponto de imobilizar a classe em clivagens insuperáveis. A ação conjunta ocorreria, por exemplo, por ocasião da queda do Estado Novo, em 1945 e, mais recentemente, em 1964, na deposição do governo de João Goulart. Neste último episódio, observou-se a participação unida do conjunto do setor empresarial na defesa de objetivos eminentemente políticos. Diante da mobilização popular crescente, alarmados com a perspectiva do questionamento da estrutura de privilégios da sociedade, os empresários agiriam de forma coesa, intervindo decisivamente nos rumos dos acontecimentos. Ao lado dos militares e dos setores mais conservadores do país, colaborariam individual e coletivamente na destituição do presidente constitucional. Inúmeros estudos e depoimentos sobre esse período têm revelado o envolvimento do empresariado na trama conspiratória que preparou as condições para o golpe de Estado<sup>15</sup>. No jogo das forças contrárias à ordem estabelecida, desempenhariam papel central as articulações entre setores da elite militar, integrantes da cúpula empresarial e técnicos ligados aos interesses privados, delineando-se uma teia de alianças envolvendo entidades de classe, institutos de pesquisa, órgãos consultivos e agências tecno-empresariais. Esta articulação permitiria a formação de um bloco de interesses voltado para atividades de desestabilização da ordem vigente. O empresariado, portanto, não só não esteve ausente, como foi um dos atores estratégicos no processo que culminaria na instauração de um novo regime político, em 1964. Integrante do pacto autoritário, participante da coalizão conservadora que apoiaria a elite burocrático-militar em sua escalada ao poder, o setor empresarial preservaria sua unidade na sustentação do novo governo. Esse núcleo de interesses, de que faria parte a elite empresarial, seria ainda responsável pela formulação dos suportes ideológicos do regime recém-implantado.

Quando observamos o processo de formação e desenvolvimento do empresariado, ao longo da evolução da sociedade urbano-industrial no Brasil, não encontramos, portanto, evidências que justifiquem sua caracterização como um grupo amorfo e passivo. Ao contrário, o setor tem revelado capacidade de ação na defesa de seus interesses econômicos, formulando táticas alternativas para fortalecer suas posições. Além disso, em certas conjunturas críticas, os diferentes segmentos empresariais mostraram-se capazes de uma ação comum para alcançar objetivos políticos, ligados à preservação de seus interesses de classe. Diante de certas situações, percebidas como ameaça aos princípios de sustentação da ordem capitalista, unificando-se sob diretrizes comuns, o empresariado participaria ativamente de articulações e movimentos políticos de ampla envergadura. Desta forma, estamos muito distantes do su-

posto alheamento político da burguesia. Longe de retrair-se, em momentos definidos como decisivos pela elite empresarial, o grupo assumiria seu papel, mobilizando o apoio de outros segmentos sociais e integrando-se a um esquema de alianças comprometido com um dado projeto de reordenação econômica e política da sociedade.

Aprofundando a linha de interpretação sugerida por este novo enfoque, cabe levantar algumas indagações. Como analisar o papel do empresariado no momento atual? O apoio deste setor ao Estado burocrático-autoritário expressaria uma aliança transitória, fruto de injunções de natureza conjuntural? Ou, ao contrário, este apoio teria raízes mais profundas, refletindo compromissos mais estáveis? Que tipo de mudança política teríamos com base na ação empresarial e sua intervenção nos desdobramentos do processo de abertura ora em curso?

### **3 – O empresariado e a legitimação da ordem autoritária**

A coalizão tecnocrático-militar, que assumiu a direção política do país após o golpe de 1964, procurou desde o início implementar um projeto claramente comprometido com os interesses do setor privado da economia e com o fortalecimento de um dado padrão de desenvolvimento capitalista. Tal projeto visaria conjugar a consolidação da ordem à modernização econômica.

Ao longo dos seus dez primeiros anos, o regime autoritário atravessaria basicamente duas fases. Na primeira delas, correspondente aos governos Castelo Branco e Costa e Silva, dar-se-ia prioridade aos objetivos políticos ligados à desestruturação da ordem precedente. A desmobilização social, o desmantelamento dos canais de participação popular, a repressão no meio sindical, o combate às lideranças mais expressivas do regime anterior seriam a tônica da ação governamental. Do ponto de vista econômico, predominaria uma orientação restritiva voltada para o saneamento econômico-financeiro. O combate à inflação através do controle dos salários e dos meios de pagamento seria um dos aspectos centrais das novas diretrizes. Na fase seguinte, que se desdobraria entre 1968 e 1973, correspondente ao chamado período do milagre econômico, o regime procuraria legitimar-se através do êxito de sua política econômica<sup>16</sup>. O objetivo era a consolidação de um tipo de desenvolvimento capitalista baseado numa forte intervenção estatal, na concentração oligopolista da produção e na internacionalização da economia. Dentro desta perspectiva, privilegiou-se a grande empresa nacional, estatal e multinacional. A obtenção de altas taxas de crescimento do PNB, o fortalecimento dos setores industriais de ponta, como as indústrias automobilísticas e de bens de capital, a expansão e modernização do setor estatal permitiriam ao governo projetar uma imagem favorável. O bom desempenho da economia validaria a visão da eficácia das diretrizes governamentais. A ideologia do Brasil grande potência, vaorizando o crescimento econômico como a chave para a afirmação nacional, seria o elemento legitimador do projeto de modernização autoritária que então se implementava. Preconizava-se que o advento de uma nova era e o clima de euforia dominante entre as classes média e alta, bem como entre os vários setores do empresariado, obscureceriam a percepção da rigidez do sistema político. Como é sabido, o período do milagre econômico caracterizou-se por acentuado grau de repres-

são e intolerância políticas. A censura, a falta de liberdade, a coerção sobre as organizações sindicais e políticas alcançariam seus mais altos níveis. Mas a pujança econômica mascarava os rigores do autoritarismo. Os indícios do êxito da fórmula ordem-crescimento pareciam suficientemente fortes para afastar resistências e isolar os núcleos de descontentamento.

No decorrer desses dez anos, a posição do empresariado, embora basicamente favorável ao sistema, sofreria algumas oscilações. Durante a fase anterior ao milagre, prevaleceria uma certa ambigüidade no meio empresarial. Se, por um lado, apoiavam os objetivos políticos ligados à desmobilização social, por outro lado, mostravam-se insatisfeitos com certos aspectos da política de austeridade, sobretudo a contenção do crédito para o setor privado e a redução do nível geral de investimentos. No momento seguinte, porém, a mudança da política econômica, sob o governo Médici, despertaria o apoio irrestrito dos principais setores empresariais. O êxito desta fase marcada pela prosperidade econômica levaria a que a ambigüidade inicial fosse substituída pela adesão generalizada, predominando uma visão otimista quanto à eficácia do modelo formulado pela coalizão dirigente<sup>17</sup>. A coincidência de objetivos entre elites militares e econômicas condicionaria a harmonia de interesses típica do momento. As metas básicas das Forças Armadas não contrariavam, em seu conjunto, as aspirações do setor privado. Tais metas envolveriam o fortalecimento do Estado, a neutralização das tensões sociais e a supressão do dissenso político, garantindo, ao mesmo tempo, um ritmo acelerado de crescimento econômico. Além disso, a interpenetração de interesses seria aprofundada pela estruturação do complexo industrial-militar, implicando a expansão da indústria bélica, a modernização das Forças Armadas e o desenvolvimento das indústrias de interesse estratégico, como a de energia nuclear. Um número expressivo de empresas – estatais, privadas nacionais e multinacionais – viria a integrar esse complexo, levando ao estreitamento dos vínculos entre setores empresariais e integrantes da corporação militar<sup>18</sup>. A consolidação da aliança entre o empresariado e o Estado autoritário parecia, portanto, assegurada. Aliás, até esse momento, o desempenho do regime militar seria avaliado positivamente pelos vários segmentos das classes dominantes. A expectativa de ganhos crescentes garantia a legitimidade do sistema junto às suas principais bases sociais de sustentação.

Tal como ressaltamos anteriormente, a despeito da ênfase no poder burocrático e do reforço dos mecanismos autoritários, os interesses empresariais seriam integrados às diretrizes definidas pela elite dirigente. A articulação entre segmentos do empresariado e da tecnocracia seria viabilizada através de uma série de procedimentos. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que data precisamente do período pós-64 a aceleração do processo de diferenciação e modernização dos órgãos de classe do empresariado. Ao lado da estrutura corporativa, representada pelos sindicatos e federações, foi nesta época que se expandiu consideravelmente a estrutura extracorporativa. Assim é que cerca de 65% das associações paralelas criadas pelo empresariado industrial do país surgiram depois de 64<sup>19</sup>. Além disso, o esvaziamento dos canais autônomos de participação social seria compensado pela articulação dos chamados "anéis burocráticos", através dos quais se daria a vinculação de setores empresariais com o Estado, ao longo dos vários governos autoritários<sup>20</sup>. Desta forma, teríamos a

diversificação das alianças entre técnicos e empresários, viabilizando o acesso dos segundos a alguns dos órgãos estratégicos para a defesa de seus interesses. Finalmente, as inúmeras modalidades de arranjos clientelistas completariam o quadro dos recursos necessários para a negociação entre segmentos da burocracia e da área empresarial.

O autoritarismo, portanto, não significou uma exclusão da influência dos grupos econômicos, senão que uma redefinição dos canais adequados para o exercício da influência e para a manifestação do jogo de pressões entre as elites dominantes e o Estado. A atualização da autonomia estatal se faria mediante a associação entre os processos de diferenciação dos setores público e privado. A interpenetração entre esses dois processos seria reforçada pela difusão das práticas de negociação compartimentalizada entre segmentos das elites empresariais e tecnocráticas no interior de agências burocráticas específicas<sup>21</sup>. Desta forma, como ressalta Guillermo O'Donnell, se, sob tais condições, o Estado chega a invadir a esfera da sociedade pela conquista de organizações civis, por outro lado, observa-se também o movimento inverso de apropriação de segmentos ou setores da atividade estatal pelos interesses privados, o que coloca em evidência a porosidade do esquema de dominação estatal à penetração de tais grupos<sup>22</sup>. Por outro lado, as facilidades para tramitação de interesses privados setoriais no interior do aparelho burocrático, bem como a criação de condições favoráveis para a negociação de medidas e favores governamentais específicos, teriam para os grupos empresariais um custo não desprezível. Com a crescente centralização do poder, o fechamento do processo decisório, em suas instâncias superiores, impediria esses grupos de exercerem qualquer tipo de influência sobre as decisões estratégicas para a definição dos aspectos mais gerais da política econômica nacional. Assim, se através da consolidação desse tipo de formato do Estado burocrático-autoritário os espaços para a defesa dos interesses corporativos das elites econômicas foram não só preservados, como ampliados, em contrapartida os núcleos decisórios centrais responsáveis pela orientação global da economia tornaram-se cada vez menos acessíveis e mais distantes.

#### **4 – A campanha antiestatização: redefinição ou ruptura do pacto autoritário?**

Como tivemos oportunidade de ressaltar, a obtenção de altas taxas de crescimento transformar-se-ia no objetivo estratégico do regime militar. Da consecução desta meta dependeria a legitimidade do sistema. Assim, o projeto de modernização autoritária terminaria por enfatizar unilateralmente os aspectos ligados à expansão da economia, baseando-se numa ideologia que preconizava o desenvolvimento econômico a qualquer preço. Do ponto de vista político, a implementação deste projeto se faria através do reforço do poder do Estado, em detrimento da livre circulação de informações e do pleno funcionamento das instituições de representação. A expansão das funções reguladoras e empresariais do Estado assumiria proporções consideráveis, observando-se paralelamente o esvaziamento do Legislativo e a concentração

do poder decisório nos altos escalões burocráticos. Em nome da gestão eficiente do modelo econômico, a burocracia passaria a operar com níveis crescentes de autonomia, aumentando também sua margem de manobra. Nas fases de prosperidade, o apoio das elites econômicas seria assegurado pelo bom desempenho do regime. Entretanto, sobrevindo situações de crise e de escassez de recursos, a discussão em torno da redefinição das prioridades econômicas despertaria resistências, gerando crises e ameaçando a unidade entre as elites dominantes.

Desta forma, uma vez encerrada a fase do milagre econômico, assistiríamos à erosão gradual das bases de legitimidade do regime. O fim do ciclo de expansão e as dificuldades econômicas subseqüentes tornariam visíveis as contradições e a fragilidade da via de desenvolvimento imposta ao país durante os dez primeiros anos de vigência do Estado autoritário<sup>23</sup>. Inúmeros estudos, bem como debates desencadeados nos meios de comunicação, denunciariam o agravamento das distorções na distribuição da renda decorrente de um modelo altamente concentrador. Subjacente aos altos índices de crescimento econômico, o aumento do desequilíbrio entre acumulação e equidade evidenciaria o caráter elitista da estratégia governamental, elevando seus custos sociais e políticos.

Já em fins do governo Médici, o questionamento do sistema começa a se intensificar, ampliando-se a faixa de oposição ao regime. Acelera-se o processo de desgaste que se traduziu nos resultados das eleições de 1974, em que pela primeira vez o governo experimentou uma derrota significativa. Nas eleições de 1966 e 1970, observamos a consolidação do partido governista (a Arena) e o enfraquecimento do partido oposicionista (o MDB), apesar do crescimento dos votos brancos e nulos. Em 1974, altera-se a força relativa dos dois partidos com o fortalecimento da oposição e a perda de espaço da organização situacionista. Tais dados seriam interpretados como o indício do desencadeamento de novas tendências, marcadas pela insatisfação popular crescente e pelo alargamento do campo dos adversários do regime. Estas tendências, se não fossem controladas, poderiam não só abalar o prestígio do governo, como, a longo prazo, comprometer a estabilidade do próprio sistema dominante.

Para enfrentar a nova conjuntura e restabelecer condições mínimas de consenso, as elites dirigentes formulariam a estratégia da liberalização controlada. Trata-se de uma proposta de mudança política, caracterizada por um processo de atenuação gradual dos instrumentos autoritários do regime, mantendo o governo o monopólio da iniciativa e o controle sobre as regras do jogo político. Esta estratégia seria explicitada pelo general Geisel, logo após tomar posse como presidente do país. Ao definir sua proposta de distensão política, enfatizaria o gradualismo como traço essencial, reafirmando a intenção do governo de não perder o controle do processo político para as forças oposicionistas. Em outros termos, as mudanças só seriam aceitas se compatíveis com os estreitos limites impostos pelo próprio sistema. Evidentemente, no campo da oposição, diversos atores contestariam o projeto governamental, apontando como alternativa a negociação de reformas substanciais capazes de conduzir o país para um regime efetivamente democrático. A partir de 1974, esta seria a principal vertente do debate político nacional. A distensão sob o governo Geisel, a abertura sob o go-

verno Figueiredo seriam os dois momentos da estratégia de liberalização concebida pelo círculo dirigente.

Como o empresariado industrial se situaria diante deste debate? Em primeiro lugar, é preciso salientar que foi exatamente no momento em que se iniciava o governo Geisel que surgiram os primeiros sinais de protesto do setor empresarial em relação ao regime. Em segundo lugar, cabe ressaltar o sentido desse protesto, cujo alvo imediato seria a questão da estatização da economia.

As críticas do empresariado teriam início em 1974, adquirindo visibilidade crescente na grande imprensa do país, ao longo dos anos de 1975 e 1976. O questionamento persistiria até fins do governo Geisel, quando as discussões em torno da *sucessão presidencial se intensificariam, criando um clima favorável ao confronto de perspectivas e à avaliação de programas alternativos de governo*. Cabe ressaltar que a postura crítica partiu justamente dos setores empresariais de ponta, que haviam sido os grupos mais beneficiados pelo surto expansionista da fase anterior. Tais grupos, durante o ciclo de crescimento, tornaram-se confiantes, desenvolvendo altas expectativas em relação aos efeitos positivos da política econômica. A crise subsequente ao milagre colocou-os diante da perspectiva de ganhos decrescentes, frustrando-lhes a possibilidade de realização dos benefícios esperados. O desequilíbrio entre expectativas e ganhos reais, gerando insatisfação, provocou os primeiros indícios de uma *atitude de protesto que, posteriormente, viria a irradiar-se para outros segmentos do meio empresarial*.

Sob um de seus ângulos, a campanha contra a estatização enfatizaria o crescimento desmedido do Estado brasileiro sob os governos militares, os excessos da intervenção estatal sobretudo em alguns setores como siderurgia, fertilizantes, transportes, comunicação e mineração, entre outros, além de condenar vivamente o gigantismo das empresas estatais<sup>24</sup>. Os pronunciamentos criticavam o que consideravam como uma distorção dos objetivos de todo sistema capitalista, cuja meta deveria ser o desenvolvimento da livre iniciativa. No Brasil, a expansão do setor estatal teria transgredido os limites compatíveis com um regime baseado no florescimento da empresa privada. Esta enfrentaria uma concorrência desigual, dado o tratamento preferencial dispensado às empresas estatais. Em consequência, a posição do capital privado achava-se ameaçada, deslocado que fora para espaços cada vez mais reduzidos. Tais tendências poderiam criar condições para a implantação do capitalismo de Estado ou mesmo para a criação das bases de uma economia socialista. Assim, a argumentação dos porta-vozes do empresariado passaria a apontar a mudança do sistema econômico e a transição para uma nova ordem como uma das possíveis consequências do processo de estatização em curso no país<sup>25</sup>. As críticas seriam formuladas não só individualmente, através de pronunciamentos de importantes líderes do mundo dos negócios, mas também sob a forma de manifestações encaminhadas pelas principais entidades de classe do setor industrial, como a Fiesp, a Firjan, ou a Abdiib, observando-se ainda a participação de associações ligadas ao empresariado financeiro<sup>26</sup>. Desta forma, sob o impulso de um sentimento comum de ameaça, gerou-se uma certa solidariedade de interesses entre as várias frações empresariais, arti-

culando-se uma relativa unidade, cujo objetivo seria sustar o possível processo de consolidação de um sistema capitalista dirigido por um Estado onipotente.

Um segundo aspecto da campanha antiestatização seria o questionamento da centralização excessiva de poder na instância do Executivo, com o aumento desmesurado da autonomia de decisão dos tecnocratas responsáveis pela política econômica<sup>27</sup>. Nesse sentido, segundo a elite industrial, haveria um descompasso entre as declarações das autoridades do setor econômico-financeiro do governo Geisel e sua atuação concreta. Se a defesa da livre iniciativa era constantemente reiterada nos pronunciamentos governamentais, tal fato era negado pela marginalização do empresariado do processo decisório<sup>28</sup>. O desenvolvimento de uma economia descentralizada baseada na livre iniciativa estaria sendo na prática obstado pelo esvaziamento dos mecanismos de articulação política e pelo bloqueio das estruturas de mediação entre o Estado e a sociedade<sup>29</sup>.

Como se pode depreender das considerações acima, não obstante a ênfase inicial em argumentos de natureza econômica, a principal preocupação do empresariado, no decorrer da campanha antiestatização, estaria voltada para uma demanda essencialmente política. Suas críticas visavam antes de tudo à centralização do poder e ao fechamento do processo decisório que se desenvolveram paralelamente ao fortalecimento do Estado. Tais conclusões podem ser corroboradas pelo resultado de pesquisa realizada, entre 1975 e 76, junto aos trinta principais empresários do parque industrial brasileiro. Entre os entrevistados, a percepção predominante apontava o caráter fechado do sistema decisório, sua burocratização crescente e a marginalização da empresa privada como os principais traços do sistema político consolidado no país pelos governos pós-64<sup>30</sup>. Segundo a visão desta elite, a concentração de poderes nos altos escalões burocráticos teria reduzido o espaço para a atuação política da classe empresarial, privando-a dos meios para o exercício da influência sobre decisões cruciais para o pleno desenvolvimento de suas atividades. O estreitamento do círculo dos interlocutores do regime teria conduzido, portanto, ao alijamento de um dos principais integrantes de seu esquema de sustentação. Por esse motivo, apesar de terem sido um dos maiores beneficiários da política de desenvolvimento imposta ao país, os empresários viriam a assumir uma postura de protesto. O descontentamento resultaria da constatação, por parte da liderança empresarial, de que o intervencionismo estatal, sob o controle exclusivo da elite burocrático-militar, poderia ser prejudicial para os seus interesses de grupo dominante. Sob a liderança tecnocrática, ter-se-ia verificado um desvirtuamento das funções do Estado. Impunha-se, portanto, o aprofundamento do debate em torno de quais seriam suas funções legítimas, sem o que os riscos da centralização poderiam tornar-se intoleráveis.

Eis como o tema da democracia foi incorporado ao discurso do empresariado. Líderes de projeção e prestígio reconhecidos, como José Mindlin, Cláudio Bardella e o ex-ministro Severo Gomes, vieram reforçar a crítica às restrições à participação de grupos e organizações civis na vida política do país, chegando mesmo a reivindicar a institucionalização de mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado<sup>31</sup>. O expansionismo estatal fora longe demais, instaurando-se um sistema caracterizado por um grau excessivo de autonomia e discricionariedade das elites governantes. Sob

tais condições, o poder pode facilmente transformar-se em arbítrio. A solução seria a revisão do modelo político de forma a torná-lo mais flexível pela realização de reformas liberalizantes. Tais reformas permitiriam a reabertura de um espaço político para a defesa dos interesses empresariais. As demandas por maior participação responderiam, assim, ao objetivo de manter o crescimento do Estado dentro dos limites compatíveis com a preservação dos interesses do setor privado, possibilitando às elites empresariais exercerem algum tipo de controle sobre os rumos do capitalismo brasileiro.

A politização crescente do debate não se restringiu ao questionamento da inaccessibilidade da burocracia estatal, enfatizando também a questão da omissão da classe empresarial. A falta de iniciativa de grande parte das lideranças, a passividade das entidades de classe do setor e a atitude paternalista dominante no meio empresarial seriam apontadas como um entrave a um melhor entrosamento entre os objetivos governamentais e os da iniciativa privada. Impunha-se, portanto, a necessidade de um processo de renovação de lideranças, a fim de que o poder de barganha da classe se revitalizasse<sup>32</sup>.

Tendo em vista a argumentação até aqui desenvolvida, cabe indagar qual o real sentido do protesto empresarial. Qual o alcance e os limites das demandas da burguesia pela mudança do sistema político? Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a proposta de liberalização encaminhada pelos líderes empresariais teve um significado restrito, refletindo o descontentamento do grupo por sua exclusão do círculo dos atores com capacidade de exercer influência sobre as decisões relevantes para a seleção das prioridades e alternativas de política econômica. Na verdade, não chegaram a formular um projeto de transição para uma nova ordem política. Assim, certos itens importantes de uma plataforma liberal, como a extensão das franquias políticas ao operariado e demais setores populares, não chegaram a ser inseridos em sua agenda política. Sem dúvida os empresários, através de seus pronunciamentos, questionaram um aspecto fundamental do regime autoritário: a centralização do poder e o fechamento do processo decisório, responsáveis pelo caráter arbitrário e voluntarista das decisões econômicas e políticas. Por outro lado, porém, o empresariado jamais situou-se claramente no campo da oposição, procurando, ao contrário, preservar seus vínculos com o esquema situacionista. Jamais quis ser visto ou identificado como um adversário do regime. Ao contrário, sempre procurou preservar sua posição de aliado potencial, muito embora reivindicando maior espaço para a expressão política de seus interesses. Essa postura de crítica, aliada a uma certa abertura para a recomposição, tornar-se-ia evidente no contraste entre a posição do empresariado ao longo dos anos de 1977 e 1978. No decorrer do primeiro, o setor empresarial aprofundaria suas atitudes de protesto, chegando a incorporar-se à ampla frente de forças contrárias ao governo, unidas pela demanda de retorno ao Estado de Direito. Em 1978, uma vez definido o nome do general Figueiredo para a sucessão do presidente Geisel, o setor adere à candidatura do sistema, expressando-lhe seu apoio. Portanto, não se tratava propriamente de uma ruptura do pacto autoritário pela retirada de um de seus principais integrantes. O comportamento do empresariado sugeria antes a preferência pela redefinição de seus termos, sem que se caracterizasse uma cisão radical.

## 5 – O empresariado e a transição para um novo modelo político: democratização ou liberalização?

A partir de 1978, observa-se no discurso do empresariado uma redução da ênfase na temática da estatização da economia, paralelamente ao reforço das demandas de natureza política. As reivindicações pela maior participação do setor nas decisões governamentais tornam-se cada vez mais insistentes. Aprofundam-se as críticas ao autoritarismo e aumentam os pronunciamentos favoráveis à abertura do regime político. Importa ressaltar que tais posições não assumiram a forma de manifestações isoladas. Ao contrário, seriam encaminhadas pelos mais destacados líderes empresariais do país. Entre estes, cabe mencionar os empresários eleitos anualmente, a partir de 1977, como os líderes mais influentes da classe, em pesquisa realizada pelo jornal *Gazeta Mercantil*. Assim, nomes de projeção nacional como Cláudio Bardella, José Mindlin, Severo Gomes, Antônio Ermírio de Moraes, Paulo Villares, Luís Eulálio Bueno Vidigal, Laerte Setúbal, Jorge Gerdau, Mário Garnero, entre outros, seriam associados à campanha mais geral pela democratização política. Em meados de 1978, o apoio à liberalização tornar-se-ia mais explícito com a publicação do documento resumindo a posição dos “Novos Empresários” sobre a situação nacional. Liderados pelo chamado Grupo dos Oito, os signatários do documento revelam seu compromisso com a meta da democratização, declarando-se prontos a assumir sua parcela de responsabilidade nos desdobramentos desse processo<sup>33</sup>. Deste grupo faria parte Luís Eulálio Bueno Vidigal, que se afirmaria crescentemente como porta-voz dos setores mais dinâmicos da classe empresarial<sup>34</sup>.

Paralelamente ao questionamento do modelo político, os novos empresários empreenderiam um movimento pela renovação das lideranças dos órgãos de classe da categoria. O principal alvo seriam as entidades empresariais integradas à estrutura corporativa legada pela legislação varguista. Tais entidades, submetidas a uma engrenagem clientelista comandada pelo Estado, já não preenchiam a contento suas funções ligadas à defesa dos interesses da classe. Desde sua criação, haviam passado por um gradual esvaziamento, tornando-se um instrumento de legitimação das relações paternalistas que marcaram historicamente a articulação do Estado com as classes sociais no Brasil. O grupo renovador ampliaria progressivamente seu espaço na área sindical, projetando-se como intérprete das novas aspirações do empresariado. Essa tendência acabaria por tornar-se preponderante, conduzindo à derrota do grupo mais tradicional que há longos anos detinha o controle da Fiesp, imprimindo-lhe uma orientação marcada pela dependência e sujeição aos desígnios do governo<sup>35</sup>. Desta forma, a ascensão de Luís Eulálio à presidência da importante federação de São Paulo, em outubro de 1980, representaria o coroamento de uma campanha pela revitalização da estrutura de representação dos interesses do setor empresarial, instaurando-se, a partir de então, um padrão mais autônomo de relacionamento com o Estado. Em seu discurso de posse, o novo presidente frisaria os pontos básicos da orientação que pretendia imprimir à Fiesp: a defesa do direito de participação dos empresários nas decisões nacionais, o condicionamento do apoio à abertura política à fidelidade do governo aos princípios da economia de mercado e ao regime da livre em-

presa<sup>36</sup>. Em documento posteriormente divulgado, acrescentaria que somente a democracia permitiria aos empresários maior acesso às decisões, sendo ainda o regime adequado ao controle da ação estatal e à restrição dos poderes ilimitados da tecnoburocracia<sup>37</sup>. A vitória de Luís Eulálio como líder da chapa de oposição insere-se, portanto, num esforço de dinamizar a Fiesp, procurando aperfeiçoar e reaparelhar a entidade de forma a torná-la mais próxima dos empresários e mais atuante junto ao governo. Em outros termos, significou antes a tentativa de reforçar o poder de barganha do empresariado, do que uma mudança de atitude da classe frente ao regime militar. Em sua essência, o movimento renovador preconizava a adoção de um estilo de ação independente e criativo, capaz de possibilitar uma colaboração mais intensa entre o empresariado e o governo na busca de uma solução negociada para a crise econômica, cada vez mais evidente. Longe de caracterizar uma cisão, aprofundando o questionamento do sistema de poder vigente, o que se almejava seria a criação das condições para um entendimento em novas bases. A institucionalização de um novo tipo de relacionamento e de novas formas de convivência entre os setores público e privado pela abertura de um espaço de representação dos interesses do empresariado, sob a liderança de seu segmento mais moderno, eis os objetivos centrais da elite dirigente recém-empossada.

Tais compromissos com uma plataforma de independência sem aguçar as linhas de conflito com o regime dariam continuidade à posição divulgada pelo documento formulado pelos dez empresários eleitos pelo Fórum da *Gazeta Mercantil* como os mais expressivos líderes empresariais do ano de 1980. O documento, assinado, entre outros, por Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella e pelo próprio Luís Eulálio Bueno Vidigal, condena a adoção de uma estratégia recessionista como saída para a crise econômica:

(...) "O caminho do progresso, da justiça social e da democracia deve contornar os perigos da recessão. Esta seria a pior das soluções. As peculiaridades da estrutura social brasileira tornariam insuportáveis as conseqüências da paralisação, mesmo temporária, do crescimento<sup>38</sup>."

A recessão levaria ao desemprego e à destruição da empresa privada nacional, agravando-se os processos de desnacionalização e estatização da economia.

Um segundo aspecto enfatizado pelos empresários é a defesa das instituições democráticas:

(...) "Estamos certos de que as necessárias alterações na estrutura da economia só poderão ser bem-sucedidas em meio ao debate e à negociação permanentes. É sob o regime democrático que o projeto de desenvolvimento deverá ser construído. Estamos convencidos, também, de que qualquer mobilização nacional em torno destes objetivos exige o fortalecimento do sistema de livre iniciativa, cujo desempenho não pode nem deve ter limites, que não os inspirados e fundamentados no interesse coletivo<sup>39</sup>."

O reforço da democracia e da livre iniciativa seriam, assim, objetivos solidários e interdependentes.

A seguir, os signatários do documento repudiam o terrorismo de direita, bem como as pressões do setor mais radical do regime representado pela comunidade de segurança:

(...) “Por todas estas razões, é inadmissível qualquer forma de retrocesso político. Aqueles que se dedicam a maquirar nas sombras o fracasso da abertura democrática – pior que isto, ousam utilizar o recurso abominável do terrorismo – não prevalecerão sobre a vontade da esmagadora maioria do povo<sup>40</sup>.”

Finalmente, os empresários reafirmam a importância da unidade política do setor em torno do projeto de abertura conduzido pelo presidente João Figueiredo.

A partir de então, outros pronunciamentos retomariam a proposta de apoio à liberalização sem aderir às teses oposicionistas. Assim, Antônio Ermírio de Moraes e Cláudio Bardella manifestar-se-iam contra a idéia de convocação de uma constituinte, alegando como justificativa a necessidade de evitar um clima de acirramento das divergências, capaz de perturbar o caminho da abertura e favorecer a ação dos setores radicais da sociedade. A tática mais adequada ao momento seria o diálogo e não o confronto<sup>41</sup>. Algum tempo depois, Mário Garnero, na qualidade de vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e importante líder empresarial ligado ao poderoso setor automobilístico, declarar-se-ia favorável à alternância do poder, desde que “dentro de um esquema de manutenção do regime”<sup>42</sup>. No decorrer do ano de 1982, quando a perspectiva das eleições criaria um clima propício ao debate e à polêmica, o tom dos empresários permaneceria, em geral, fiel à linha da crítica aliada ao respeito aos parâmetros definidos pelo sistema. Tal atitude estaria simbolizada no apoio ao chefe do Executivo, representante máximo das tendências reformistas do regime<sup>43</sup>.

Tais indícios sugerem que a procura da recomposição da aliança entre elites empresariais e Estado tem constituído um dos elementos da tática do empresariado em sua busca de reconquista de espaço. A percepção da forma pela qual o processo de abertura deve evoluir, tal como transparece nos pronunciamentos dos principais líderes industriais, revela a preferência pelo gradualismo nos termos definidos pelo sistema dominante. Como é sabido, a estratégia da abertura pressupõe mudanças gradativas e limitadas, cabendo ao governo fixar-lhes o ritmo e a direção. Outro não seria o sentido das manifestações do empresariado de apoio à liberalização dirigida e coordenada pelo presidente João Figueiredo, cuja função consiste exatamente em manter sob controle os desdobramentos do processo de mudança. Segundo esta ótica, a redefinição das regras do jogo político deve ajustar-se aos parâmetros estabelecidos pelo sistema. Desta forma, a tônica da argumentação da elite empresarial contribuiria para reforçar a legitimidade da ação tutelar do Estado. A meta comum da abertura política deve processar-se obedecendo ao comando do chefe do governo, vale dizer, sem transgredir os limites fixados pelo regime. Portanto, as declarações favoráveis ao retorno à normalidade democrática representaram antes a adesão do empresariado à estratégia governamental da liberalização controlada do que uma ação autônoma calcada num projeto alternativo de transição.

## 6 – Considerações finais

Levando em conta a argumentação até aqui desenvolvida, o recente protesto da classe empresarial não pode ser interpretado em termos de uma ruptura radical com o regime, embora tenha contribuído, em diferentes momentos, para reforçar a frente oposicionista. Sob esse aspecto distanciemo-nos, por exemplo, da visão de Bresser Pereira, para quem a campanha contra a estatização teria representado um processo de redefinição do modelo político, expressando uma ruptura decisiva da aliança política entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal, bem como a formulação de um novo projeto de hegemonia burguesa<sup>44</sup>.

Segundo nosso ponto de vista, não há indícios de que a unidade do empresariado industrial, sob a égide do capital monopolista, em torno da bandeira da liberalização política traduza um projeto de dominação de classe capaz de impor-se ao conjunto da sociedade. Ao longo dos principais surtos industriais do país, o empresariado chegaria, sem dúvida, a alcançar algum nível de autonomia ideológica em face das demais frações dominantes. Não obstante, o grau de consciência alcançado estaria, em grande parte, calcado na defesa de interesses econômicos sem refletir uma visão acurada das condições políticas adequadas à consecução desses interesses e menos ainda uma percepção comum de modelos políticos alternativos. Em diferentes conjunturas, como tivemos oportunidade de ressaltar, observamos a unidade da classe em torno de objetivos políticos. Entretanto, esta unidade seria, em geral, transitória, incapaz de manter-se uma vez superadas suas causas mais imediatas. Este tipo de instabilidade reflete, a nosso ver, a falta de consenso em torno de um projeto de dominação política. Em consequência, as clivagens e as divergências entre os vários segmentos empresariais voltariam à tona, recuperando ou mesmo agravando seu teor, cessadas as ameaças mais visíveis. Diante da ausência de mecanismos permanentes de coesão, as alianças assumiriam um caráter precário, preponderando as forças desagregadoras.

O comportamento do empresariado em face da atual conjuntura não parece indicar uma ruptura com esse padrão consolidado historicamente. Ao contrário, revela uma linha de ação em que a visão economicista e a preocupação com interesses mais imediatos tendem a predominar. Por outro lado, em alguns momentos demandas de natureza política tornar-se-iam prioritárias. Percebidas como conjunturalmente relevantes, tais demandas seriam sustentadas por uma coalizão de interesses fracamente integrados, porque refletindo um baixo grau de agregação em torno de um programa comum.

Observando-se a atuação do empresariado no que diz respeito aos desdobramentos do processo de abertura política, o que se depreende é uma postura marcada pela ambigüidade e por posições imprecisas e oscilantes. Assim, a adesão da classe ao projeto de construção de uma ordem democrática é ainda uma hipótese problemática. Uma primeira dificuldade tem a ver com o posicionamento do setor quanto ao alcance do processo de democratização. As elites empresariais dividem-se quanto à capacidade de aceitar reformas políticas profundas que possam instaurar no país um regime de plena participação política e de liberdade de associação. Além disso, parte

considerável dessas elites não está preparada para conviver com uma estrutura sindical autônoma operando em moldes efetivamente pluralistas. Como participar de um pacto social democrático, ao lado dos trabalhadores, quando esta possibilidade implica um certo consenso sobre a distribuição de benefícios e perdas entre os vários grupos sociais, questionando a estrutura de privilégios em vigor? Tais questões tornam-se particularmente relevantes num momento de grave crise econômica, com profundas repercussões sociais e políticas, pois a administração de situações como esta impõe pesados sacrifícios à sociedade. Como arbitrar a divisão de tais sacrifícios?

É justamente diante da questão operária que as limitações e a rigidez dos propósitos liberais da burguesia revelam-se com maior nitidez. Se, de um lado, os empresários admitem a revisão da legislação sindical corporativa, de outro, há concordância de que o movimento sindical deve manter-se dentro de determinados limites. O direito de greve deve ser reconhecido, desde que as reivindicações operárias sejam legítimas. Por ocasião da greve dos trabalhadores metalúrgicos, em 1980, diante da combatividade do movimento operário e do risco da generalização do conflito, os líderes empresariais apoiaram-se na força do Estado, aceitando a intervenção das autoridades governamentais. Tal intervenção derogaria o princípio da negociação direta entre empresários e trabalhadores, contendo duramente os sindicatos e destituindo suas lideranças mais expressivas. Nesse momento, mesmo os segmentos mais liberais do empresariado assistiriam, coniventes, à ação repressora do Estado, baseando-se na aplicação de uma lei sindical, que tanto o governo quanto o setor patronal, até pouco tempo atrás, consideravam anacrônica. Os empresários temiam a perda do controle do movimento reivindicatório dos operários. Além disso, temiam o desdobramento do conflito para outros setores da sociedade.

Na verdade, o episódio trouxe à tona certos traços autoritários presentes na ideologia do empresariado brasileiro, em grande parte responsáveis pela ambigüidade da classe em relação ao projeto democrático. A transição para um sistema político aberto requer naturalmente uma dada formalização de procedimentos de negociação e de regulação de conflitos. Em outros termos, a institucionalização do conflito constitui um dos aspectos centrais do atual processo de transição, até porque o regime pós-64 destruiu, em suas primeiras fases, o arcabouço institucional legado pela chamada democracia populista. Entretanto, o setor empresarial ainda guarda resquícios de uma visão muito pouco liberal em suas relações com a classe trabalhadora. Essa visão, formada nas fases iniciais do processo de industrialização, sofreu forte influência dos princípios do corporativismo. Segundo esta ótica, a articulação entre os diferentes segmentos produtivos e o Estado deve pautar-se pelos valores do colaboracionismo, e a negociação deve processar-se no âmbito estrito das partes interessadas, sem extravasar os limites da competência de cada categoria social. A evolução da classe, nas etapas mais recentes do desenvolvimento industrial do país, não fornece indícios de uma mudança substancial de atitude. Se a retórica é liberal, o comportamento do empresariado diante de fatos concretos destoa de uma posição identificada com a defesa de um modelo pluralista e autônomo de relacionamento dos grupos sociais com o Estado. Ao contrário, a proteção do Estado e sua intervenção co-

mo fator de contenção do conflito tendem a ser uma prática não só aceita, como valorizada.

Um segundo núcleo de dificuldades tem a ver com a rigidez do setor empresarial para aceitar um padrão mais flexível de atendimento das demandas da classe trabalhadora. A preocupação em aumentar seus ganhos pela redução dos custos de produção leva muitos de seus representantes a posições restritivas frente à política salarial, inspiradas numa visão imediatista dos interesses da empresa. Desta forma, a aprovação, em 1979, da nova política salarial, introduzindo os reajustes semestrais automáticos em função do aumento do custo de vida<sup>45</sup>, seria progressivamente atacada pelos líderes industriais. O presidente da Fiesp viria a público para criticar a sistemática dos reajustes semestrais, argumentando que a política salarial constituía um dos fatores responsáveis pela inflação e pelo desemprego na área industrial<sup>46</sup>. Em seguida, as pressões da área empresarial seriam um dos elementos responsáveis pelas mudanças introduzidas pelo governo na nova legislação no sentido de um controle mais rígido sobre os salários<sup>47</sup>. Finalmente, mais uma vez o presidente da Fiesp, condenando a concessão do benefício de 10% acima do índice oficial do custo de vida às faixas salariais inferiores, utilizaria um argumento bastante expressivo da mentalidade empresarial dominante. De acordo com esse ponto de vista, a extinção daquele benefício não provocaria a queda do poder aquisitivo do trabalhador, já que os assalariados situados nas faixas mais baixas não deviam ser considerados parte do mercado consumidor<sup>48</sup>. Mais recentemente, quando a adoção de um novo pacote econômico para combater a inflação foi discutida no Conselho Monetário Nacional (CMN), os representantes empresariais foram unânimes em pedir a não-correção dos salários em função das flutuações de preços de certos produtos básicos como o trigo e o petróleo<sup>49</sup>. Na verdade, segundo Paulo Francini, um dos diretores da Fiesp, a classe empresarial encontrava-se dividida diante das novas medidas anunciadas pelo governo, preconizando alguns setores que se aplicasse o princípio da justiça, que exigiria a desindexação total da economia, abrangendo salários, correção monetária e correção cambial. De acordo com Francini, as dificuldades deveriam ser repartidas entre investidores e assalariados. Entretanto, apesar das divergências, a posição dominante na diretoria da Fiesp consistiu na tendência a atribuir unilateralmente a maior parcela do custo da crise econômica ao trabalhador. Luís Eulálio Bueno Vidigal, na qualidade de presidente da entidade, defenderia a proposta de desindexação restrita ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), índice tomado como base dos reajustes salariais, expressando-se nos seguintes termos:

“Desindexar o INPC é teoricamente mais fácil, mesmo que isso acarrete problemas políticos. Ou se expurga o INPC agora, que é fácil, ou nunca mais. É a única forma de se mexer num problema sério como é a lei salarial<sup>50</sup>.”

Declarações como esta sugerem uma atitude pouco propícia à negociação de um pacto democrático, cuja viabilidade não pode prescindir de uma ampla base social. Além disso, a estreiteza dos horizontes políticos da classe empresarial revela-se em suas propostas para reverter as chamadas tendências estatizantes do regime autoritário. O questionamento da expansão das funções empresariais do Estado levou o setor privado a defender a desativação da atividade produtiva estatal, solicitando a

privatização de alguns setores e o congelamento do ritmo de crescimento da intervenção do Estado onde o processo fosse irreversível. A crítica ao aprofundamento da estatização da economia chegou ainda a enfatizar seus aspectos antidemocráticos, atacando o excesso de poder das grandes organizações do setor estatal. Entretanto, a questão política ligada à necessidade de se instaurar um padrão de controle público sobre as grandes decisões nacionais seria formulada em sua versão mais estreita. Os empresários queriam formas de disciplinar as atividades estatais, submetendo-as à supervisão da sociedade. Em seu sentido mais amplo, porém, o processo de democratização implica uma visão mais abrangente da extensão dos mecanismos de controle público. Para combater o arbítrio, a democratização deve estender-se às atividades e decisões estatais e privadas. Reduzir o espaço da política fechada e alargar o acesso às informações relevantes tem também implicações para o setor privado. Trata-se de objetivos que pressupõem a revitalização de uma série de instrumentos e mecanismos democráticos, tais como o fortalecimento do sistema partidário e do Poder Legislativo, bem como de inúmeras organizações da sociedade civil.

Sintetizando nossa argumentação, parece-nos claro que o comportamento do empresariado tem contribuído para aprofundar as fontes de contestação do regime. Entretanto, os pontos de dissidência não são suficientes para caracterizar uma cisão radical. Ao contrário, a tática utilizada tem consistido em evitar o confronto e a discussão das questões não-negociáveis, deixando aberta a possibilidade de recomposição com as forças situacionistas. O compromisso do setor com uma plataforma política democratizante é ainda parcial e ambíguo, observando-se margem considerável de resistência diante de alternativas que ameacem a estrutura de privilégios dominante. Assim, considerando-se os vários segmentos das elites envolvidas no processo de liberalização ora em curso, não nos parece pertinente a hipótese que atribui ao empresariado condições de assumir a hegemonia da transição. Para tanto, seria necessário que a classe fosse capaz de definir uma proposta consensual que mobilizasse o apoio de suas várias frações e dos demais setores sociais. No caso da burguesia brasileira, entretanto, esta possibilidade encontra alguns obstáculos. Por um lado, seu universo ideológico está ainda marcado por uma visão muito restrita de seus interesses e por uma incapacidade de assumir a dimensão política de seu papel no desenvolvimento do país. Tal limitação dificulta sua adesão a um projeto de aprofundamento e generalização do processo de abertura de forma a contemplar uma ampla constelação de forças, bem como o alargamento do pacto político visando introduzir as modificações necessárias à transição. Por outro lado, suas divisões internas no que se refere a questões-chave ligadas à reformulação do sistema político em direção a um modelo mais pluralista e competitivo tornam a unidade da classe sempre instável e transitória. Apesar da hegemonia da fração monopolista, que lidera os setores de ponta do parque industrial do país, estar relativamente consolidada, mantendo sob sua direção as principais entidades empresariais, as divergências existentes dificultam a definição de um programa comum que, transcendendo a satisfação imediata das demandas setoriais, incorpore os interesses de outros grupos e segmentos da sociedade brasileira.

A constatação da incapacidade do empresariado de assumir a liderança do processo de transição não deve, porém, obscurecer a percepção das conseqüências de seu apoio ao projeto de liberalização do regime. Em primeiro lugar, se a pressão da classe não foi o elemento detonador da abertura política, contribuiu, sem dúvida, para alargar os níveis de participação permitidos pelo sistema. Além disso, foi um fator ponderável no isolamento dos setores governamentais mais conservadores, interessados em dificultar e mesmo paralisar a liberalização do regime. Em outros termos, a dissidência empresarial, principalmente através de alguns de seus setores, ao aproximar-se da frente oposicionista, reforçaria algumas de suas propostas, fortalecendo-lhe o poder de barganha. Desta forma, torna-se cada vez menos provável a adesão do empresariado a qualquer tentativa de recomposição de uma coalizão autoritário-conservadora pela restauração da ordem preexistente, o que evidentemente contribui para revigorar as alternativas pela continuidade do processo de abertura.

Finalmente, não só o empresariado não parece disposto a apoiar soluções que impliquem retrocesso, como é possível detectar, na atual conjuntura, uma tendência ao agravamento do protesto deste setor. Tal tendência resulta, em grande parte, da intransigência do governo em atender a suas demandas para reduzir os graus de centralização do processo decisório. O descontentamento torna-se crescente porque a orientação global da economia, que se situa fora do âmbito de controle da classe empresarial, vem afetando seriamente seus interesses corporativos. Por sua vez, esta tendência tem contribuído decisivamente para o isolamento do governo frente à sociedade e constitui, neste momento, um dos fatos mais significativos da transição no Brasil.

## NOTAS

- 1 – Esse tipo de interpretação é dominante entre os partidos e grupos políticos ligados à oposição ao regime pós-64. Nos meios acadêmicos, alguns autores sustentam também esse ponto de vista. Ver, por exemplo, alguns dos argumentos reunidos em recente publicação sobre o processo de liberalização política em curso no país, especialmente a posição de BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. In: LAMOUNIER, Bolívar & FARIA, José Eduardo, orgs. *O futuro da abertura: um debate*. São Paulo, Cortez Editora, 1981, p. 15-18.
- 2 – Dois trabalhos são particularmente ilustrativos desta visão. Um deles é um estudo de Walder de Góes, "Sobre a gênese da abertura política", apresentado no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, VI, Friburgo, Rio de Janeiro, outubro de 1982. O outro é um artigo de MARTINS, Luciano. Le régime autoritaire brésilien et la libéralisation politique. *Problèmes d'Amérique Latine*. (65):9-36, 1983.
- 3 – VIANNA, Luís Jorge Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo, Cerifa, 1983, p. 166.
- 4 – Para uma análise sistemática dos vários autores que formularam os pressupostos básicos da interpretação nacional-burguesa, ver o artigo de BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados*, 25(3):273-276, 1982.
- 5 – Tais análises baseiam-se no estudo clássico de MOORE JR., Barrington. *The social origins of dictatorship and democracy*. Boston, Beacon Press, 1967. Entre os autores que adotaram essa perspectiva na análise do processo de desenvolvimento político brasileiro podemos citar VE-LHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato (Um estudo comparativo a partir*

- da fronteira em movimento). São Paulo, Difel, 1976; MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique*. Paris, Anthropos, 1976 & REIS, Elisa Maria Pereira. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930*. Cambridge, MIT, 1979 (tese de doutorado).
- 6 – Para uma análise da modernização capitalista sob o primeiro governo Vargas e o papel do empresariado industrial neste processo, ver DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, ou ainda: O Estado Novo: estrutura do poder e relações de classe. In: FAUSTO, Bóris, org. *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1981, tomo III, V.3 – *Sociedade e política (1930-1964)*.
  - 7 – Retomo aqui alguns argumentos desenvolvidos em trabalho anterior. Ver DINIZ, Eli. O empresariado e a nova conjuntura. In: TRINDADE, Héglio, org. *Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política*. Porto Alegre, Sulina, 1982.
  - 8 – Este ponto é particularmente desenvolvido por SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. As características da estrutura corporativa sindical neste período são analisadas, entre outros, por DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978; BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979; ERIKSON, Kenneth Paul. Corporatism and labor in development. In: *Contemporary Brazil: issues in economic and political development*. New York, Praeger Publisher, 1972; BÓRIS, Fausto. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro, Difel, 1976.
  - 9 – Para a análise da política populista, ver WEFFORT, Francisco C. *Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
  - 10 – Uma importante contribuição para a compreensão destas questões foi sem dúvida a de CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo, Difel, 1964.
  - 11 – Dois autores enfatizam particularmente este ponto: SCHMITTER, Philip P. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1971, & SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.
  - 12 – Entre os principais estudos que focalizaram a atuação política do empresariado a partir deste enfoque, gostaríamos de citar o de MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Saga, 1968. Para um elucidativo artigo contrapondo as várias interpretações acerca do papel da burguesia nas transformações da sociedade brasileira, ver TRINDADE, Héglio. La bourgeoisie brésilienne en question. *Amérique Latine* (5):35-46, 1981.
  - 13 – DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945, op. cit.*, e *Estado Novo: estrutura de poder e relação de classe, op. cit.*
  - 14 – BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979; DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. *Dados* (2):25-48, 1979.
  - 15 – Sob esse aspecto, é particularmente esclarecedor o livro de DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1981. Ainda a esse respeito, ver o interessante artigo de O'DONNELL, Guillermo. As Forças Armadas e o Estado autoritário no Cone Sul da América Latina. *Dados*, 24(3):277-304, 1981.
  - 16 – A respeito do crescimento econômico como ideologia legitimadora do regime pós-64, ver, por exemplo, SOARES, Gláucio Ary Dillon. Depois do milagre, *Dados* (19):3-26, 1978.
  - 17 – A adesão do empresariado ao regime autoritário ao longo de seus dez primeiros anos é enfatizada também, entre outros autores, por CARDOSO, Fernando Henrique. Os impasses do regime autoritário; O caso brasileiro. *Estudos Cebrap* (26):169-194, 1980.

- 18 – DREIFUSS, René Armand & DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a política. In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de., orgs. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983, especialmente p. 101-107. Segundo informações publicadas pela *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 21.06.1983, o Brasil é atualmente o sexto exportador de armas do mundo. O setor armamentista brasileiro é formado por 350 empresas que empregam cerca de 100 mil trabalhadores, movimentando em torno de 5 bilhões de dólares, atingindo um total de vendas de 1,5 bilhão de dólares. As armas constituem ainda, segundo esta fonte, o terceiro item da pauta de exportações depois do café e da soja (*Folha de S. Paulo*, 21.06.1983, p. 19). A expansão da indústria bélica no Brasil e o fortalecimento recente do complexo industrial-militar são também enfatizados por BRIGAGÃO, Clóvis. A corrida armamentista mundial. *Jornal do Brasil*, 23.05.1982.
- 19 – DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais, *op. cit.*
- 20 – CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- 21 – DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado nacional e estado no Brasil*, *op. cit.* e BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia*, *op. cit.* Ver também ABRANCHES, Sérgio Henrique. *The divided Leviathan: State and economic policy – formation in authoritarian Brazil*. Cornell University, 1978 (tese de doutorado).
- 22 – O'DONNELL, Guillermo. Sobre o corporativismo e a questão do Estado. *Cadernos DCP* (3), março 1976.
- 23 – Inúmeros autores chamam a atenção para este ponto: BACHA, Edmar Lisboa. *Os mitos de uma década*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; SINGER, Paul. As contradições do “milagre”. In: KRISCHKE, Paulo J., org. *Brasil: Do “milagre” à “abertura”*. São Paulo, Cortez, 1982; ANDRADE, Regis de Castro. Brasil: a economia do capitalismo selvagem. In: KRISCHKE, Paulo J., org., *idem*.
- 24 – Ver, por exemplo, a série de 11 reportagens, sob o título “Os Caminhos da Estatização”, publicadas pelo *O Estado de S. Paulo*, entre 16 de fevereiro e 2 de março de 1975, citadas por PESSANHA, Charles Freitas. *Estado e economia no Brasil: a campanha contra a estatização*, 1974-1976. Rio de Janeiro, Luperj, 1981 (tese de mestrado).
- 25 – *O Estado de S. Paulo*, 02.03.1975. In: Charles Pessanha, *op. cit.*, p. 78.
- 26 – ————, 21.05.1976 e 25.05.1976; *Folha de S. Paulo*, 21.04.1976.
- 27 – DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*, *op. cit.*, cap. IV.
- 28 – *O Estado de São Paulo*, 06.04.1976.
- 29 – ————, 04.04.1976.
- 30 – DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*, *op. cit.*, especialmente p. 185-193.
- 31 – *Veja*, 19.05.1976 e 28.07.1976; *Gazeta Mercantil*, 13.09.1977; *Veja*, 13.07.1977.
- 32 – Tais críticas foram formuladas, entre outros, pelo empresário Jorge Johanpeter. Ver *O Estado de S. Paulo*, 04.04.1976, citado por Charles Freitas Pessanha, *op. cit.*, p. 89-90.
- 33 – FIGUEIREDO, Marcus Faria & CHEIBUB, José Antônio Borges. A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando – inventário de um debate. *BIB, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (14):3, 2º semestre 1982. Ilustrativo desta posição é ainda o debate com Einar Kok, Laerte Setúbal, Luís Eulálio Bueno Vidigal, Ayrtton Girão, Paulo Francine e Cláudio Bardella, “Democracia, mas como? O que pensam hoje alguns dos empresários que há um ano já pediam abertura”, *Isto É*, 22.03.1978. Os dirigentes empresariais que assinaram o chamado “Documento dos Oito”, divulgado em

- 26.06.1978, foram: Cláudio Bardella, ex-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) e diretor-presidente do grupo Bardella; Severo Fagundes Gomes, ex-ministro da Indústria e do Comércio e diretor-presidente do Grupo Parayba; José E. Mindlin, diretor da Fiesp e diretor-presidente da Metal-Leve; Antônio Ermírio de Moraes, diretor-presidente do grupo Votorantim; Paulo Villares, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e principal diretor do grupo Villares; Paulo Vellinho, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos (ABINEE), vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e diretor do Grupo Springer-Admiral; Laerte Setúbal Filho, diretor-presidente do Grupo Duratex e Jorge Gerdau Johanpeter, principal diretor do Grupo Gerdau. Uma análise detalhada deste documento encontra-se em MOTTA, Fernando. *Empresários e hegemonia política*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 125-128.
- 34 – Luís Eulálio Bueno Vidigal, vice-presidente do Grupo Cobrasma, fabricante de bens de capital, destacou-se como presidente do Sindipeças (Sindicato Nacional das Indústrias de Autopeças), transformando-se num dos mais atuantes dirigentes da nova geração empresarial.
- 35 – Um dos principais líderes deste grupo, Theobaldo de Nigris, estava na presidência da Fiesp há 13 anos, mais precisamente, de 1966 a 1980.
- 36 – *Jornal do Brasil*, 04.10.1980.
- 37 – ————, 17.12.1980.
- 38 – *O Globo*, 30.09.1980. Além dos três nomes citados, assinam o documento os seguintes empresários: Olavo Egydio Setúbal, Abílio Santos Diniz, José Ermírio de Moraes Filho, Laerte Setúbal Filho, Mário Bernardo Garneri, Jorge Gerdau e José Mindlin. Na qualidade de membros do Fórum da *Gazeta Mercantil*, eleitos em anos anteriores, assinam também: Manoel da Costa Santos, Paulo Villares e Paulo Vellinho.
- 39 – *Idem*.
- 40 – *Idem*.
- 41 – *O Globo*, 30.09.1980. Ver também declarações do empresário Paulo Vellinho publicadas no *Jornal do Brasil*, 31.10.1980.
- 42 – ————, 29.03.1982.
- 43 – *Jornal do Brasil*, 10.10.1982. A reaproximação do empresariado, através da melhoria das comunicações com o governo, após a posse do general Figueiredo, pode ainda ser depreendida das declarações de Luís Eulálio Vidigal. Afirmando terem se estreitado os contatos entre os industriais representados pela Fiesp – e o governo – através de diversos órgãos, como os gabinetes dos ministérios do Planejamento, da Indústria e Comércio, Transportes e Fazenda, bem como de importantes autoridades do Conselho de Desenvolvimento Industrial, Banco Central e Banco do Brasil –, assim se expressaria: “Nós podemos fazer contato a qualquer momento, quando algum assunto assim o exige. Esse diálogo, permanente e direto, auxiliará o país. Podemos participar das decisões e dar as sugestões que consideramos fundamentais”. *Jornal do Brasil*, 16.11.1980. Ver também as declarações de Luís Eulálio publicadas em *O Globo*, 31.07.1983, e entrevista na *Folha de S. Paulo*, 31.07.1983.
- 44 – Luís Carlos Bresser Pereira, “Seis interpretações sobre o Brasil”, *op. cit.*, especialmente p. 294-298. Por outro lado, Fernando Henrique Cardoso, em recente trabalho, sustenta um ponto de vista com o qual concordamos bastante. Ver CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Dados*, 26(1):9-27, 1983.
- 45 – Pela Lei 6.708, de 30.10.1979, estabeleceu-se o sistema de reajustes semestrais automáticos e diferenciados por faixas salariais. Os reajustes seriam calculados com base num novo índice de custo de vida, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Além disso, previa a lei o acréscimo ao reajuste automático de um montante calculado com base no aumento real de produtividade das empresas a ser negociado entre empregados e empregadores. Posteriormente, a

Lei 6.886, de 1980, estabelecia aumentos de 110% do INPC até três salários mínimos e 100% até 10 salários mínimos.

46 – Ver, por exemplo, *Jornal do Brasil*, 10.10.1982.

47 – A esse respeito, ver o artigo do deputado federal Alberto Goldman, publicado na *Folha de S. Paulo*, 16.04.1983: "Política Salarial: Devemos e Podemos Derrotar o Governo".

48 – *Idem*.

49 – *O Globo*, 10.06.1983; *Folha de S. Paulo*, 10.06.1983. Distinta seria a posição do empresariado comercial, preocupado com a redução do mercado consumidor que poderia resultar da desindexação restrita ao INPC, afetando a massa dos assalariados. Ver, por exemplo, artigo de José Papa Júnior, empresário e presidente da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 21.06.1983. Ver ainda pesquisa publicada na Revista *Senhor*, em seu número de 22.06.1983, p. 39-40.

50 – *Folha de S. Paulo*, 14.06.1983. Luís Eulálio expressava a tendência dominante na Fiesp, tendo sido, aliás, reeleito para um novo mandato.

desabar? Será que a profecia do Gen. Golbery do Couto e Silva vingar-se – de que a melhor maneira de acabar com o PMDB seria assumir o(s) governo(s) por alguns anos?

A organização deste volume difere um pouco de outras coletâneas do gênero, por se tratar de uma visão mais geral do processo político-eleitoral de 1982, ao invés de estudos estanques de Estados ou partidos específicos. Os onze autores deste volume reúnem uma experiência longa e diversa de militâncias política, eleitoral e de assessoria política que em muito enriquece as suas análises.

Todos os que participaram da organização deste volume ficaram profundamente comovidos com o falecimento precoce do colega Luiz Navarro de Britto, e dedicam esta obra à sua memória.

David Verge Fleischer

Quais foram as conseqüências mais importantes das eleições de 1982 no Brasil? As primeiras eleições diretas para governadores desde 1965, onde a oposição aos governos militares elegeu dez governadores no Centro-Sul, foram na verdade um ato intermediário no drama da transição “lenta, gradual e segura” preconizada pelo Gen. Golbery e o Sen. Petrônio Portela, entre a “vitória moral” do MDB em 1974 e a nova e curta hegemonia do PMDB alcançada em 1985/86. Os onze autores deste volume tentam decifrar o enigma desta eleição – um pano quente para segurar a barra para o governo Figueiredo, o começo da “penetração” do PMDB pela direita que depois vem a ser o “Centro” em 1987-88, ou uma etapa importante na verdadeira democratização do país?